

**A.I. Nº** - 269515.0001/09-1  
**AUTUADO** - RODOGRÃOS TRANSPORTE LTDA.  
**AUTUANTE** - NAGIBE PEREIRA PIZA  
**ORIGEM** - INFAZ BARREIRAS  
**INTERNET** - 09/11/2009

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0340-03/09**

**EMENTA:** ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. DOCUMENTO ESCRITURADO EM DUPLICIDADE. Lançamento não impugnado pelo sujeito passivo. 2. SERVIÇO DE TRANSPORTE. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Feita prova de que o tributo se encontrava pago. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 4.2.09, diz respeito aos seguintes fatos:

1. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a documento fiscal escriturado em duplicidade, sendo glosado crédito no valor de R\$ 1.704,00, com multa de 60%;
2. falta de recolhimento, no prazo regulamentar, de ICMS referente a prestações de serviços de transporte devidamente escrituradas nos livros fiscais próprios, sendo lançado imposto no valor de R\$ 35.642,37, com multa de 50%.

O autuado, a título de “preliminar”, faz a descrição da forma como o débito foi apurado pela fiscalização, e afinal reclama que no levantamento fiscal não foram levados em conta alguns pagamentos feitos pela empresa.

Quanto ao mérito, alega que em fevereiro e março de 2006 foram recolhidas antecipadamente as quantias de R\$ 17.410,33 e R\$ 52.556,66, e sendo assim tais valores devem ser abatidos do item 2º do Auto de Infração, mantendo-se ainda um saldo credor. Alude ao princípio da verdade material. Considera que deva ser mantido apenas o lançamento do item 1º.

Pede que o débito seja cancelado parcialmente. Juntou documentos.

O fiscal autuante prestou informação acatando os elementos apresentados pela defesa. Propõe que seja conservado o lançamento do item 1º, e que seja excluído o do item 2º.

Deu-se ciência do teor da informação ao contribuinte. Não houve manifestação.

A Secretaria do CONSEF devolveu o processo à Infaz Barreiras para que a autoridade fazendária apusesse o “visto” no Auto.

#### **VOTO**

O contribuinte impugnou apenas o lançamento do item 2º do Auto de Infração em exame. O que ele chama de preliminar é na verdade uma descrição da forma como o débito foi apurado pelo autuante, e ao final adentra no mérito, provando que havia pago imposto a mais que o lançado, de modo que ainda restaria a seu favor um saldo credor.

Ao prestar a informação, o fiscal autuante declarou acatar os elementos apresentados pela defesa e propôs a exclusão do lançamento do item 2º do Auto.

Com isso, está cessada a lide.

Acato a sugestão do nobre autuante, em atenção à estrita legalidade do lançamento tributário.

Noto que o desfecho deste Auto foi retardado por não ter a autoridade fazendária responsável pelo saneamento aposto o “visto” no Auto no tempo certo, ou seja, no momento do chamado “saneamento” (fls. 492-verso e 493).

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

#### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por decisão não unânime, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269515.0001/09-1**, lavrado contra **RODOGRÃOS TRANSPORTE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.704,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de outubro de 2009

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR – JULGADOR